

POR JUSTIÇA REPRODUTIVA NO BRASIL! OCUPAR OS LEGISLATIVOS COM PARLAMENTARES PROGRESSISTAS!



Apresentamos, ao conjunto das forças políticas e sociais engajadas na reconstrução do Brasil, nossa análise que revela as condições de vida injustas às quais as mulheres brasileiras estão submetidas no campo da vida reprodutiva, social e política.

Listamos as medidas e políticas que consideramos prioritárias para um programa de atuação parlamentar progressista nos espaços dos legislativos estaduais e federal.

Convocamos a todas, todos e todes a debater, divulgar e promover compromissos com este manifesto junto a autoridades públicas, gestores, operadores do direito, profissionais de saúde, assistência social e educação, partidos e instâncias de mulheres de partidos.

É PELA VIDA E DIGNIDADE DAS MULHERES, DAS MENINAS E DE TODAS AS PESSOAS QUE GESTAM!

O Estado brasileiro, constituído em bases capitalista-colonial, escravagista, racista e patriarcal, produz e reproduz desigualdades estruturais. Gerando, assim, vulnerabilidades determinadas pelas relações sociais de gênero, classe e etnia/raça, entre as mulheres, meninas e pessoas que gestam e as impedindo de acessar plenamente seus direitos de viver uma vida digna com justiça social.

DENUNCIAMOS E REPUDIAMOS:

- A violação constante de Direitos Humanos, especialmente os Direitos Reprodutivos das mulheres;
- As violações dos direitos das meninas que vivenciam gravidezes decorrentes de estupros;
- O extermínio e encarceramento em massa que se abate sobre a juventude negra, diariamente, em todos os lugares desse país, vítimas da polícia, da milícia, do tráfico, do mercado da violência e da criminalização das drogas;
- Os maiores índices de violência obstétrica, no parto e no aborto, entre mulheres negras, que são maioria entre aquelas que morrem parindo e das que realizam abortos inseguros;
- O racismo em outros espaços da saúde, da educação, da política de assistência social, do Estado como um todo;
- O envenenamento das terras indígenas pelo garimpo ilegal, sob conivência e omissão do Estado brasileiro, que leva mulheres indígenas a considerarem seus corpos inviáveis para a gestação por estarem contaminados por mercúrio;
- O corpo das crianças indígenas e muitos territórios estão envenenados;
- As violações de direitos de todas as outras pessoas que gestam, que não se identificam com a identidade política de mulheres, ou sejam, pessoas trans e não binárias.

Denunciamos e repudiamos também o cenário de tortura no qual muitas meninas vítimas de violência sexual estão vivendo no país:

- De jovens mulheres e meninas indígenas sendo violentadas, queimadas, estupradas, afogadas;
- De mulheres e meninas violentadas têm tido negado seu direito ao aborto legal;
- De muitas que são desrespeitadas por profissionais do sistema de garantia dos direitos, que atuam nos conselhos tutelares, na saúde, assistência social, no Ministério Público, no Poder Judiciário ou até mesmo nas defensorias públicas e na advocacia, além do Poder Legislativo;
- A criminalização de mulheres, meninas e de outras pessoas que gestam;
- A criminalização, perseguição e violência contra as militantes feministas que lutam por autonomia reprodutiva, pela legalização do aborto, em defesa da vida das mulheres e contra toda a onda conservadora e fundamentalista que se instaurou no país.



Diante desses fatos, a verdade está escancarada: a vivência do poder na procriação humana varia por gênero, idade, raça, lugar e classe, caracterizando uma situação de grave injustiça e desigualdade de condições para mulheres, pessoas que gestam, e suas famílias e comunidades em nosso país. Como as mulheres negras poderão exercer sua autodeterminação reprodutiva se elas não têm garantias de que o Estado vai permitir que seus filhos e filhas permaneçam vivos e vivas? Como os direitos reprodutivos de mulheres e meninas serão respeitados, se o direito ao território e à existência não forem garantidos?

Com o fortalecimento do “bolsonarismo” na sociedade e a ocupação de espaços institucionais pelo fundamentalismo e pela ultradireita neoliberal-reacionária, o controle e a criminalização do corpo das mulheres e pessoas que gestam, principalmente negras, indígenas e empobrecidas, agravou-se.

Esta coalização de forças reacionária é sustentada e expressa pela exploração e opressão, não só pelo poder dos homens, mas pela cisheteronormatividade e o privilégio da branquitude das classes dominantes. É a partir do controle dos corpos que as estruturas de poder se mantêm, como máquinas de moer gente seja na perspectiva do patriarcado, do racismo ou da economia neoliberal.

Pela realização da gestação nos seus corpos, as mulheres são responsabilizadas socialmente pela maior carga do trabalho doméstico e cuidados das crianças, enfrentam barreiras de acesso à vida pública e à participação na tomada de decisões políticas, assim como não podem ter escolhas autônomas e orientadas sobre seus próprios corpos e suas vidas, em especial quando engravidam.

Igualmente, todos os corpos que gestam, identificando-se ou não com o gênero mulher, sofrem restrições similares.

EM OPOSIÇÃO A TUDO ISTO, DEFENDEMOS QUE:

- As vozes oprimidas sejam ouvidas, os direitos assegurados e que vidas e dignidades sejam respeitadas;
- A experiência da gestação e da maternidade não pode ser um destino ou uma obrigação, mas sim um direito!
- A justiça reprodutiva como horizonte em que todas as pessoas tenham a capacidade de vivenciar os direitos reprodutivos com base na sua autodeterminação reprodutiva, sem violência, coação ou criminalização;
- A garantia e efetivação da justiça reprodutiva por meio da garantia e implementação dos direitos reprodutivos, sexuais e todos os demais direitos sociais para que todas as pessoas, em especial mulheres negras, indígenas e das classes populares, possam ter assegurada a autodeterminação para decidir ter ou não filhos/as;
- O direito a interromper uma gestação e condições de ter, criar e cuidar dos/as filhos/as em comunidades seguras e sustentáveis, com condições materiais para criá-los e vê-los crescer com projetos próprios e perspectivas de futuro.

No contexto de desmonte do Estado Democrático de Direito em que nos encontramos e que penaliza a população brasileira, para avançarmos na justiça reprodutiva em nosso país, demandamos que as candidaturas ao poder legislativo defendam verdadeiramente a vida das mulheres, meninas e pessoas que gestam e assumam um programa prioritário de políticas e medidas com o compromisso de:

Enfrentar o racismo, o extermínio da população negra e indígena, desenvolvendo políticas de promoção de direitos, proteção às pessoas e territórios e reparação para as vítimas sobreviventes;

Estancar o empobrecimento crescente das famílias e a precarização de suas vidas, seja pela fome, pelo desemprego ou pela violência do Estado, via políticas;

Assegurar as condições de viver com dignidade e proteção a todas as famílias que tenham filhos/as, apoiando políticas orientadas para que o maior número de pessoas tenha direito à moradia, à saúde, à educação e ao emprego, com renda complementar subsidiada pelo Estado sempre que a economia excludente do capital prive pessoas de ter autonomia econômica;

Na perspectiva de um programa mínimo e imediato, revisar e reverter as políticas ultra neoliberais que desobrigam as instituições públicas e da iniciativa privada de compensarem a exploração das pessoas e da natureza;

Fortalecimento do SUS e do SUAS pela derrubada da Emenda Constitucional 95 que congelou gastos sociais desde 2017 e revisão da política de gestão no modelo privatista;

Contribuir para efetivar, por diferentes meios, a mudança do modelo de atenção obstétrica brasileiro, garantindo o protagonismo das mulheres, a atenção baseada em evidências e eliminando a violência obstétrica, no parto ou no aborto, no SUS e nas instituições privadas de saúde;

Assumir a defesa e consolidação da abordagem de saúde integral, considerando assistência às dimensões emocionais, nutricionais e fisiológicas das pessoas; usar todos os meios e recursos para vedar e impedir a violência institucional que impõe a gravidez forçada às meninas, mulheres e pessoas que possam gestar;

Garantir a redução significativa da morbimortalidade materna, em especial por meio da melhoria da atenção básica de saúde no SUS e nas empresas de serviços privados de saúde; antes, durante e após o processo gestacional;

Reconhecer que a autonomia das mulheres e pessoas que podem gestar deve ser garantida ao longo de suas vidas e durante o processo gestacional;

Garantir o direito ao aborto às meninas, mulheres e crianças e pessoas que gestam em razão de estupro, risco de morte ou à saúde da gestante ou em casos de gestação de fetos anencéfalos, ampliando a rede e oferecendo serviços de qualidade às que precisarem;



Revisão da fracassada política de criminalização do aborto - que não reduz esta prática e só leva à gravidez forçada, tortura, risco de morte e sofrimento - mediante amplo debate, laico, isento, solidário e humanista, na sociedade e nos legislativos;

Igualmente impedir iniciativas de controle de natalidade das pessoas que desejarem ter filhos/as, independente de situação de vida, moradia, renda, classe, etnia, raça ou gênero;

Reconhecimento e respeito ao princípio da autodeterminação reprodutiva das pessoas, em seu conjunto e em sua diversidade social;

Defesa da legitimidade das lutas sociais feministas;

Defesa do direito ao aborto para todas as mulheres, meninas e pessoas que gestam – sempre que dele precisarem e soberanamente decidirem por esta prática!



NENHUMA PESSOA DEVE MORRER, SER PRESA, PUNIDA OU MALTRATADA POR TER FEITO UM ABORTO!

PELA VIDA E DIGNIDADE DAS MULHERES, MENINAS E PESSOAS QUE PODEM GESTAR!

JUSTIÇA REPRODUTIVA É PELO DIREITO À VIDA!

